

O setor público não poderá mais atrasar pagamento da dívida externa

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Depois de dois anos sem uso, o antigo GB-588 voltou a ser acionado pelo governo federal contra mutuários do setor público que não estão cumprindo com o pagamento de seus compromissos externos. Este aviso, editado em 1968, prevê que a dívida externa do setor público com aval da União é honrada pelo Tesouro Nacional mas o mutuário em atraso fica imediatamente com suas contas bancárias bloqueadas, além de ter prazo de trinta dias para se acertar com o Tesouro Nacional, tempo para não ser cobrado judicialmente.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, mandou acionar o GB-588 depois de ter descoberto que mutuários do setor público, principalmente empresas estaduais concessionárias de energia elétrica, não estavam recolhendo ao Banco Central (BC) o valor correspondente em cruzados aos juros de sua dívida externa. Esta situação veio a tona justamente depois que o Brasil decidiu que pagaria aos bancos credores o total dos juros referentes aos meses de janeiro e de fevereiro. A moratória, na verdade, camuflava a dificuldade

financeira das estatais.

Hoje, o Brasil efetua o pagamento de US\$ 118 milhões de juros aos bancos credores, equivalentes aos meses de janeiro e fevereiro.

E a segunda parcela do montante que havia sido estimado em US\$ 700 milhões pelo próprio ministro da Fazenda, em fins de fevereiro, mas que poderá ficar no cômputo final abaixo disto. O Brasil pagou US\$ 520 milhões no dia 3 de março, e, pelas contas feitas na ocasião, restariam US\$ 180 milhões para integralizar os US\$ 700 milhões.

Esta era, pelo menos, a estimativa do Ministério da Fazenda, mas, na segunda-feira desta semana, depois de resolvidos todos os casos pendentes do setor público em rastreamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), chegou-se à conclusão de que os atrasados totalizavam o valor de US\$ 118 milhões e operações de câmbio foram fechados naquele montante. O BC tinha, ontem, tudo preparado para fazer o pagamento aos credores.

O BC não sabe dizer se existe ainda algum caso de compromisso vencido e não honrado pelo setor público. Na STN, o que se informa é que os juros em atraso foram honrados e englobaram o lote a ser pago hoje. O

presidente do Comitê Assessor de Bancos Credores, William Rhodes, no entanto, indicou na segunda-feira desta semana em Nova York, que uma parcela de US\$ 60 milhões, ainda pendente, seria desembolsada pelo Brasil mais adiante.

SANÇÃO

O ministro da Fazenda, diante da constatação de que o setor público não estava efetuando o pagamento que lhe cabe, com recursos próprios, dos juros da dívida, resolveu agir com rigor. O aviso GB-588 foi aplicado contra a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul que ficou nesta semana com sua conta bloqueada junto ao Banco do Brasil por não ter recolhido ao BC dentro do prazo os cruzados referentes aos juros de janeiro e de fevereiro.

Na mesma situação encontram-se outras empresas estaduais concessionárias de energia elétrica, além de governos estaduais e municipais. Todos, pela lei, só podem rolar através de empréstimos ponte tomados junto ao BB (com recursos do Tesouro Nacional, dentro das regras do aviso MF-30) até 75% de sua dívida externa. Os estados, municípios e suas empresas têm, por-

tanto, de comparecer com 25% de recursos próprios.

ELETROBRÁS

Mas houve também problemas na esfera das empresas federais. A Eletrobrás teve dificuldades para enfrentar, com recursos próprios, a fatia que lhe cabe no pagamento de compromissos externos, mas a situação acabou sendo contornada sem que fosse preciso ser acionado o aviso GB-588 desde janeiro deste ano, conforme ficou determinado pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG) da Secretaria de Controle das Estatais (SEST).

A Eletrobrás está limitada a rolar sua dívida externa em até 67%, um percentual fixado a partir da expectativa e a empresa teria de acesso a recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) — que foi frustrado em função da restrição orçamentária.

A SEST, no momento, trabalha justamente em cima de uma suplementação adicional de recursos para a Eletrobrás, com remanejamento de verbas dentro do orçamento. O objetivo é viabilizar a elevação do percentual que funciona como limite para a estatal rolar sua dívida externa. A Eletrobrás tem, neste ano, um total de US\$ 700 milhões a saldar de compromissos externos, entre juros e amortizações. (Ver página 15)